

GRUPO DE PESQUISA EM CONFLITOS CONSTITUCIONAIS SOCIOECONÔMICOS ANALÍTICOS

JUS SCRIPTUMS
INTERNATIONAL JOURNAL OF LAW

a. 20 • v. 10 • dossiê • 202

- 18 **Ana Clara Macário Silva**
O império das big techs e a ascensão de grupos autoritários: o uso hegemônico da tecnologia no controle de comportamento
- 47 **Ana Cristina Rodrigues Furtado**
O backlash impróprio e os diálogos institucionais entre o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional
- 80 **Bárbara Costa Leão**
Máquina de lucro: o ímpeto reformador da razão neoliberal e a atuação para recepção constitucional na aceitação sociopolítica das privatizações
- 111 **Benício Fagner dos Santos**
Populismo autoritário e a crise dos direitos sociais no constitucionalismo brasileiro
- 142 **Clara Oliveira Lucena da Cunha**
O controle de constitucionalidade no Brasil e na França: uma análise comparativa a partir da Quinta República
- 167 **Djamiro Ferreira Acipreste Sobrinho**
Conflito constitucional socioeconômico enquanto categoria de análise da episteme crítico-dialética na pesquisa em Direito Constitucional
- 248 **Francisco Jeferson Inácio Ferreira**
O STF e o diálogo institucional: o diálogo como alternativa à dificuldade de impor suas decisões
- 268 **Gênia Darc de Oliveira Pereira**
Estado ambiental de direito: a dificuldade de conciliar as políticas ambientais e o interesse social
- 284 **Ingrid Maria Pereira Fortaleza**
Entre a Constituição e o Anteprojeto: conflitos socioambientais nas perspectivas do Poder Constituinte de 1988 e da Comissão Afonso Arinos
- 329 **Jailson Barbosa da Silva**
Neoliberalismo e a dimensão racial dos conflitos constitucionais socioeconômicos pós-2008

- 353 **José Sarto Fulgêncio de Lima Filho**
Juristas e mitos: ecos de Francisco Campos na ascensão de Bolsonaro no Brasil
- 396 **Laysa Gomes de Lima**
A dicotomia entre legislador positivo e negativo: um estudo de caso em terras indígenas como conflito entre a ordem social e o imperativo econômico
- 434 **Maria das Graças do Nascimento**
A dicotomia globalização financeira versus vazio regulatório: desafios para o Estado Democrático de Direito no conflito constitucional socioeconômico para consolidação de direitos fundamentais
- 458 **Rômulo Dornelas Pereira**
O liberalismo e a democracia às avessas: a construção de uma institucionalidade antipovo no Estado (anti)democrático de direito
- 495 **Salatiel Irineu Gonçalves Cristino**
O controle de constitucionalidade como arena para conflitos constitucionais socioeconômicos: meio ambiente versus desenvolvimento econômico no STF
- 538 **Sinhara Sthefani Diógenes Dantas**
Conflito constitucional socioeconômico e (sub)representação feminina na política brasileira: alterações constitucionais como meio de adaptação aos valores neoliberais
- 558 **Joice Alves Dias Borges**
Precarização das relações laborais como imperativos categóricos dos valores de Washington aplicados na periferia do capitalismo
- 582 **Maria Edna Nascimento Pinheiro Gonçalves**
Entre o presidencialismo de coalizão e o parlamentarismo de coação: estudo sobre a construção do semipresidencialismo como consenso hegemônico dos aparelhos ideológicos de Estado no Brasil

JUS SCRIPTUM'S
**INTERNATIONAL
JOURNAL OF LAW**
REVISTA INTERNACIONAL DE DIREITO

CONFLITOS CONSTITUCIONAIS SOCIOECONÔMICOS
Analíticos do Grupo de Pesquisa em
Conflitos Constitucionais Socioeconômicos

Núcleo de Estudo Luso-Brasileiro
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

2025
a. 20 v. 10 d. 2
EDIÇÃO ESPECIAL

Jus Scriptum's International Journal of Law

Revista Internacional de Direito do Núcleo de Estudo Luso-Brasileiro da
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Ano 20 • Volume 10 • Edição Especial • 2025

Analíticos do Grupo de Pesquisa em Conflitos Constitucionais Socioeconômicos

Periodicidade Trimestral

ISSN 1645-9024

Equipe Editorial

Diretor da Revista – Editor-In-Chief

Cláudio Cardona

Conselho de Gestão – Executive Board

Camila Franco Henriques

Cláudio Cardona

Daniel Daher

Leonardo Castro De Bone

Patrícia Ferreira de Almeida

Conselho Científico – Scientific Advisory Board

Ana Rita Gil, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (POR)

André Saddy, Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (BRA)

Eduardo Vera-Cruz Pinto, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (POR)

Edvaldo Brito, Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (BRA)

Fernanda Martins, Universidade do Vale do Itajaí (BRA)

Francisco Rezek, Francisco Resek Sociedade de Advogados (BRA)

Janaina Matida, Faculdade de Direito da Universidade Alberto Hurtado (CHI)

Lilian Márcia Balmant Emerique, Faculdade Nacional de Direito - UFRJ (BRA)

Luciana Costa da Fonseca, Faculdade de Direito da UFPA e do CESUPA (BRA)

Maria Cristina Carmignani, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (BRA)

Maria João Estorninho, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (POR)

Paula Rosado Pereira, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (POR)

Paula Vaz Freire, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (POR)

Rute Saraíva, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (POR)

Sergio Torres Teixeira, Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco (BRA)

Susana Antas Videira, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (POR)

Corpo de Avaliadores – Peer Review Board

Anjuli Tostes Faria Melo
Camila Franco Henriques
Carla Valério
Caroline Lima Ferraz
César Fiuza
Eduardo Alvares de Oliveira
Francine Pinto da Silva Joseph
Isaac Kofi Medeiros
J. Eduardo Amorim
José Antonio Cordeiro de Oliveira
Leonardo Bruno Pereira de Moraes
Leonardo Castro de Bone
Marcelo Ribeiro de Oliveira
Marcial Duarte de Sá Filho
Maria Vitoria Galvan Momo
Plínio Régis Baima de Almeida
Rafael Vasconcellos de Araújo Pereira
Rafaela Câmara Silva
Renato Sedano Onofre
Silvia Gabriel Teixeira
Thais Cirne
Vânia dos Santos Simões

Grupo de Pesquisa em Conflitos Constitucionais Socioeconômicos

FEV/2025-MAIO/2025

Prof. Doutor Djamiro Ferreira Acipreste Sobrinho, Coordenador Científico

Dra. Patrícia Ferreira de Almeida, Coordenadora Executiva

Ana Clara Macário Silva

Ana Cristina Rodrigues Furtado

Bárbara Costa Leão

Benício Fagner dos Santos

Clara Oliveira Lucena da Cunha

Djamiro Ferreira Acipreste Sobrinho

Francisco Jeferson Inácio Ferreira

Gênia Darc de Oliveira Pereira

Laysa Gomes de Lima

Ingrid Maria Pereira Fortaleza

Jailson Barbosa da Silva

José Sarto Fulgêncio de Lima Filho

Maria das Graças do Nascimento

Rômulo Dornelas Pereira

Salatiel Irineu Gonçalves Cristino

Sinhara Sthefani Diógenes Dantas

PREFÁCIO

Preface

A *Jus Scriptum's International Journal of Law* configura-se como periódico científico voltado à difusão do conhecimento jurídico, com especial ênfase na cooperação acadêmica entre Brasil e Portugal. Seu projeto editorial privilegia abordagens comparadas e transnacionais, promovendo o intercâmbio científico no espaço jurídico lusófono.

O periódico é editado pelo Núcleo de Estudo Luso-Brasileiro da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, o que lhe assegura elevado padrão acadêmico, rigor metodológico e inserção institucional qualificada. Essa vinculação reforça o compromisso da revista com a excelência científica e com o fortalecimento das redes de pesquisa luso-brasileiras.

No início de 2025, foi firmado termo de cooperação técnica e científica com o LACÔNICO – Laboratório de Análise de Conflito Constitucional Socioeconômico da Faculdade de Direito da Universidade Regional do Cariri, com vistas à criação de um grupo de estudo e pesquisa no primeiro semestre do mesmo ano. O grupo tem como eixo central o conflito constitucional socioeconômico, sob minha coordenação científica, consolidando uma agenda de pesquisa articulada entre ensino, investigação e produção acadêmica especializada.

O cronograma de atividades teve início em 10 de fevereiro de 2025, com o primeiro encontro dedicado ao pacto acadêmico e à apresentação de

um panorama sintético da história constitucional comparada do Brasil, de Portugal e do México, tendo por foco os conflitos constitucionais socioeconômicos. No segundo encontro analisou-se a Comissão Afonso Arinos e o anteprojeto constitucional, seguido de uma discussão crítica sobre a razão neoliberal e suas implicações estruturais na Constituição no encontro seguinte. O quarto encontro concentrou-se na questão climatoambiental enquanto pauta altermundialista, articulando constitucionalismo, economia política e justiça socioambiental.

Na sequência, o quinto encontro abordou o diálogo institucional e o papel do Supremo Tribunal Federal enquanto arena de disputas constitucionais. Por fim, o sexto encontro aprofundou o conflito constitucional socioeconômico como categoria analítica a partir do materialismo histórico-dialético.

Assim, a presente edição resulta das pesquisas desenvolvidas por estudantes de graduação, mestrado e doutorado de universidades públicas brasileiras – dentre as quais se destacam a Universidade Regional do Cariri, a Universidade Federal de Pernambuco, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a Universidade do Oeste da Bahia e a Universidade de Brasília – vinculados ao grupo de estudos. Trata-se de uma edição temática dedicada ao conflito constitucional socioeconômico, bem como a temas correlatos e recorrentes no âmbito dessa agenda de pesquisa.

A edição é composta por dezesseis artigos, organizados em eixos temáticos que abrangem a história constitucional e o direito comparado, os diálogos

institucionais e o neoliberalismo como força motriz dos conflitos socioeconômicos. Nesse conjunto, destacam-se análises sobre a atuação das *big techs* e a emergência climática, temas trazidos à baila a partir das principais controvérsias jurídicas e políticas que marcaram o ano de 2025.

No artigo inaugural, de minha autoria, busco contribuir para o estabelecimento do conflito constitucional socioeconômico como categoria de análise a partir do materialismo histórico-dialético, sob o título *Conflito constitucional socioeconômico enquanto categoria de análise da episteme crítico-dialética na pesquisa em Direito Constitucional*.

No segundo artigo, Ingrid Maria Pereira Fortaleza analisa os conflitos socioambientais sob as perspectivas do Poder Constituinte de 1988 e da Comissão Afonso Arinos, explorando as tensões entre a Constituição vigente e o anteprojeto, conforme apresentado em seu trabalho intitulado *Entre a Constituição e o Anteprojeto: conflitos socioambientais nas perspectivas do Poder Constituinte de 1988 e da Comissão Afonso Arinos*.

No terceiro artigo, José Sarto Fulgêncio de Lima Filho realiza uma análise comparativa entre momentos históricos distintos que convergem para similaridades estruturais, explorando a influência de juristas e mitos, com destaque para os ecos de Francisco Campos na ascensão de Bolsonaro no Brasil, conforme apresentado em *Juristas e mitos: ecos de Francisco Campos na ascensão de Bolsonaro no Brasil*.

Em seguida, Benício Fagner dos Santos apresenta o artigo *Populismo autoritário e a crise dos direitos sociais no constitucionalismo brasileiro*,

no qual analisa os impactos do populismo autoritário sobre a efetividade dos direitos sociais. O autor destaca as tensões que esse fenômeno provoca no constitucionalismo brasileiro contemporâneo e os desafios à concretização das garantias constitucionais.

Encerrando o primeiro recorte da edição, Clara Oliveira Lucena da Cunha apresenta o artigo *O controle de constitucionalidade no Brasil e na França: uma análise comparativa a partir da Quinta República*, no qual realiza uma análise comparativa dos modelos de controle de constitucionalidade, destacando semelhanças, diferenças e impactos institucionais entre os dois sistemas.

Iniciando a segunda parte da edição, Ana Cristina Rodrigues Furtado apresenta o produto da pesquisa intitulado *O backlash impróprio e os diálogos institucionais entre o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional*, no qual analisa as tensões institucionais e oferece uma reflexão crítica sobre os mecanismos de interação e conflito entre os poderes no contexto jurídico brasileiro.

Em seguida, o sétimo artigo, *STF e o diálogo institucional: o diálogo como alternativa à dificuldade de impor suas decisões*, de Francisco Jeferson Inácio Ferreira, discute os desafios enfrentados pelo Supremo Tribunal Federal na efetivação de suas decisões e propõe o diálogo institucional como estratégia para mediar conflitos entre os poderes, fortalecendo a governança constitucional e a estabilidade do sistema jurídico.

No artigo *A dicotomia entre legislador positivo e negativo: um estudo de caso em terras indígenas como conflito entre a ordem social e o imperativo econômico*, Laysa Gomes de Lima analisa o conflito entre a proteção jurídica das terras indígenas e os interesses econômicos que recaem sobre esses territórios. A autora evidencia como essas tensões expressam disputas estruturais própria dos conflitos socioeconômicos.

O penúltimo artigo desta seção, *O controle de constitucionalidade como arena para conflitos constitucionais socioeconômicos: meio ambiente versus desenvolvimento econômico no STF*, de Salatiel Irineu Gonçalves Cristino, analisa a atuação do STF como arena de mediação entre interesses ambientais e econômicos, destacando o uso do controle de constitucionalidade como instrumento.

Fechando a segunda seção, Maria das Graças do Nascimento apresenta o artigo *A dicotomia globalização financeira versus vazio regulatório: desafios para o Estado Democrático de Direito no conflito constitucional socioeconômico para consolidação de direitos fundamentais*, no qual aborda como a globalização financeira e a insuficiência regulatória intensificam conflitos socioeconômicos.

O primeiro artigo da última seção, décimo da edição, é *Neoliberalismo e a dimensão racial dos conflitos constitucionais socioeconômicos pós-2008*, de Jailson Barbosa da Silva. Nele, o autor analisa como as políticas neoliberais, especialmente após a crise financeira

de 2008, interagem com questões raciais, aprofundando desigualdades e moldando conflitos socioeconômicos no contexto constitucional.

Em seguida, Bárbara Costa Leão apresenta o artigo *Máquina de lucro: o ímpeto reformador da razão neoliberal e a atuação para recepção constitucional na aceitação sociopolítica das privatizações* investigando como a lógica neoliberal impulsiona reformas econômicas e a recepção infraconstitucional das privatizações e os mecanismos pelos quais sociedade e Estado legitimam mudanças na gestão de bens e serviços públicos.

No terceiro artigo da última seção, Ana Clara Macário Silva, em *O império das big techs e a ascensão de grupos autoritários: o uso hegemônico da tecnologia no controle de comportamento*, analisa como as grandes empresas de tecnologia influenciam fluxos de informação e comportamento social, reforçando tendências autoritárias e gerando tensões constitucionais e socioeconômicas contemporâneas.

Rômulo Dornelas Pereira, em *O liberalismo e a democracia às avessas: a construção de uma institucionalidade antipovo no Estado (anti)democrático de direito*, examina como práticas institucionais sob a égide do liberalismo podem comprometer a democracia, consolidando estruturas de poder que afastam a proteção dos interesses populares e intensificando tensões no Estado de Direito contemporâneo.

Sinhara Sthefani Diógenes Dantas, em *Conflito constitucional socioeconômico e (sub)representação feminina na política brasileira: alterações constitucionais como meio de adaptação aos valores neoliberais*,

analisa como mudanças constitucionais refletem valores neoliberais e impactam a participação política das mulheres, evidenciando a relação entre conflitos socioeconômicos e a (sub)representação feminina.

Encaminhando-se para o encerramento da edição elaborada no ano da COP30 no Brasil, Gênia Darc de Oliveira Pereira, em *Estado ambiental de direito: a dificuldade de conciliar as políticas ambientais e o interesse social*, analisa os desafios do Estado em equilibrar proteção ambiental e interesses sociais, evidenciando como tensões constitucionais e socioeconômicas afetam a formulação de políticas e o desenvolvimento sustentável.

Em *Precarização das Relações Laborais como Imperativos Categóricos dos Valores de Washington Aplicados na Periferia do Capitalismo*, Joice Alves Dias Borges, discute criticamente a imposição das diretrizes do Consenso de Washington nos países periféricos. A autora evidencia como essas políticas fragilizam os direitos trabalhistas e aprofundam desigualdades, reforçando a lógica de dependência no capitalismo global.

Maria Edna Nascimento Pinheiro Gonçalves, em *Entre o Presidencialismo de Coalizão e o Parlamentarismo de Coação: estudo sobre a construção do semipresidencialismo como consenso hegemônico dos aparelhos ideológicos de Estado no Brasil*, analisa como o semipresidencialismo é construído como consenso político no país, evidenciando o papel dos aparelhos ideológicos de Estado e suas implicações para a democracia.

Em síntese, a presente edição da *Jus Scriptum's International Journal of Law* consolida um panorama robusto e articulado de pesquisas sobre conflitos constitucionais socioeconômicos, integrando contribuições de distintas universidades públicas brasileiras e fomentando o diálogo acadêmico entre Brasil e Portugal. Os artigos selecionados refletem a diversidade metodológica e temática do grupo de estudos, abordando desde análises histórico-constitucionais e comparativas até debates contemporâneos sobre neoliberalismo, questões ambientais, tecnologias e desigualdades sociais.

Em conclusão, esta edição reafirma o compromisso da *Jus Scriptum's International Journal of Law* com a excelência acadêmica, a interdisciplinaridade e a cooperação científica transnacional. Ao reunir produções inovadoras e críticas, a revista contribui para consolidar o conflito constitucional socioeconômico como categoria analítica relevante, oferecendo subsídios teóricos e práticos que fortalecem a pesquisa, o ensino e a reflexão jurídica crítica no espaço lusófono e no cenário global.

Djamiro Ferreira Acipreste Sobrinho*
Coordenador Científico

* Professor adjunto do Departamento de Direito na Universidade Regional do Cariri – URCA na área de Direito Constitucional. Doutor em Globalização em Análise: Desafios e Respostas, vinculado ao departamento de Direito Administrativo, Direito Constitucional e Filosofia do Direito, equipe de Investigação em Sociedade democrática, Estado e Direito, linha de Investigação em Sociedade neoliberal frente à sociedade democrática pela Universidade do País Basco, EHU/UPV, Donostia/San